

ASPECTOS DA CRÍTICA DA MORAL EM NIETZSCHE

ASPECTS OF CRITICISM OF THE MORAL BY NIETZSCHE

Vani Letícia Fonseca dos Santos*
wanyletty@gmail.com

Resumo: Nietzsche dirigiu seu pensamento no sentido de resgatar aspectos humanos deixados de lado diante da supremacia da razão; força, vontade e instinto são mais que meros coadjuvantes na ação humana, na medida em que são muitas vezes o seu alicerce. Nosso filósofo lança mão de uma abordagem histórica e psicológica do homem, apontando para um caminho de entendimento natural do homem em recusa das explicações advindas de “verdades”, sejam elas cristãs ou racionalistas. Assim, o *Sils Maria*, propõe-se a remontar, de modo mais amplo, uma história da moral. Para tanto, reconstrói caminhos e busca vestígios do que entendemos por moral.

Palavras-chave: Moral, valores, crítica, história, Nietzsche.

Abstract: Nietzsche wrote his thoughts in order to redeem human aspects of left side front of the supremacy of reason; strength, will and instinct are more than just help out in humans, as they are often the foundation. Our philosopher, makes use of a historical and psychological approach of man, pointing to a way of understanding the natural man in refusing the explanations derived from "truth", be they Christian or rationalist. Thus, the philosopher of Sils Maria, it is proposed to go back, more broadly, a story morality. Therefore, rebuilding roads and seek traces of what mean by moral.

Key-words: Moral, values, criticism, history, Nietzsche.

* Mestranda em filosofia na Universidade Federal de Pelotas.

Nietzsche percorre um caminho em que sua crítica à moral é lugar para um procedimento onde negar a moral é não admitir todo um processo de pensamento filosófico clássico, para tanto o filósofo utiliza-se de uma análise que passa: pelo método genealógico – que busca determinar a origem¹ dos chamados valores morais –; assim como pela psicologia – como ciência capaz de “entender” os mecanismos próprios do homem desde seus instintos até a domesticação dos mesmos; e, finalmente, o conceito de vontade de poder – o qual é justamente promotor da construção de uma moral, bem como seria o mecanismo necessário para sua superação.

Nos primeiros capítulos de *Além de Bem e do Mal*, há uma referência aos valores, que comumente relacionamos com os conceitos de “bem” e de “mal”, e à relação com a psique (Nietzsche valoriza a psicologia como grande fonte para esse tipo de conhecimento) humana – ainda que saibamos que (como podemos observar no cap. V de *Além de Bem e do Mal*) mesmo os valores relacionados às condições internas do homem sofreram inversões em seus sentidos de acordo com “a moral” vigente (aforismo 195 por *e.g.*). Devemos analisar também que valor está expresso sob os mesmos e como esses juízos ou princípios possibilitaram o desenvolvimento social ou o empobrecimento humano. Para isso, é necessário o estudo da obra – *Genealogia da Moral: Uma Polêmica*, onde Nietzsche observa tais aspectos de modo pertinente à sua crítica da moral, anali-

¹ A palavra origem aqui utilizada remete ao modo corrente como os comentaristas de Nietzsche se expressam com relação à questão dos valores na obra *Genealogia da Moral*. O filósofo buscava em suas obras realizar uma análise histórica da formação dos chamados valores morais e, em decorrência, passou a considerar seu método como “genealógico”. Assim, autores como Paschoal, A. E. (em Paschoal, A. E., e Frezzati Jr., W. A. (org.). *120 anos “Para a genealogia da moral”*, p. 20) se expressam: “Se ele busca apontar a *origem* (itálicos nossos) dos valores morais, não o faz por um interesse voltado para o passado, mas para o presente”. A palavra origem, portanto, ajusta-se perfeitamente às intenções do filósofo de *Sils Maria*.

sando o significado das palavras e da história como origem da moral e de seus valores.

Segundo Antônio Edmilson Paschoal, na obra em questão:

Na *Genealogia*, o olhar de Nietzsche para o passado, tanto para o período moral, quanto para o período pré-moral da humanidade, tem por objetivo, num primeiro plano apontar a origem dos valores morais. Esse olhar para o passado, no entanto, não faz por um interesse ligado ao passado, mas a partir de uma necessidade do presente: uma crítica ao valor dos valores morais.²

Quando Nietzsche aponta os problemas relacionados à moral, o faz porque está convicto de que a mesma trouxe mais mazelas do que benefícios ao homem. E sempre procura ressaltar a sua expectativa da chegada “daqueles” que poderão libertar-nos da moral. Todavia, somos herdeiros da moral, a qual mesmo sendo construída na sucessão de acontecimentos históricos, de certa forma se sobrepõe aos mesmos, pois nós a encaramos como permeando a história, mas nunca sendo permeada por esta. Existiram forças que moldaram signos, significados e palavras, sendo geradas pelo movimento mais primordial no ser humano – o de vontade; no entanto, este foi negado e assim a complexidade de nossas ações foi sendo mascarada por uma estabilidade inexistente.

O caráter tosco da sua genealogia da moral se evidencia já no início, quando se trata de investigar a origem do conceito e do juízo “bom”. “Originalmente” – assim eles decretam – “às ações não egoístas foram louvadas e consideradas boas por aqueles aos quais eram feitas, aqueles aos quais eram úteis, mais tarde foi esquecida essa origem do louvor, e as ações não egoístas, pelo simples fato de terem sido *costumeiramente* tidas como boas, foram também sentidas como boas – como se em si fossem algo bom”. Logo se percebe: esta primeira dedução já contém todos os traços típicos da idiosincrasia dos psicólogos ingleses – temos aí “a

² Paschoal, A. E. *A genealogia de Nietzsche*, p. 56.

utilidade”, “o esquecimento”, “o hábito” e por fim “o erro”, tudo servindo de base a uma valoração da qual o homem superior até agora teve orgulho, como se fosse um privilégio do próprio homem. (*GM*, I, 2)³

Mas por que *x* é algo “bom” e *y* é algo “mau”? Nas investigações nietzschianas vemos que a trajetória para um questionamento aparentemente tão simples, tem suas implicações. Primeiramente, porque estamos valorando algo e partindo desse pressuposto, já temos de antemão o conhecimento suficiente para que possamos dar uma resposta ao questionamento. E a partir do momento que determino qual o “valor” desse algo, ele passará a ser sinônimo desse valor. Ainda temos outra observação que não podemos deixar de lado, o fato de que o “bom” é visto como algo positivo, enquanto o “mau” resulta em algo negativo. Em nossas considerações já podemos verificar a influência da moral, a qual se desenvolveu baseada nessa forma de argumentação. Entretanto, vejamos: Quem encontra-se por trás da pergunta e também da resposta?

Nietzsche se propõe, então a *descrever* as modalidades de moral até então existentes, os *facta* da moral, o que implica o conhecimento de povos, épocas, tempos remotos, com vistas a reunir em *tipos* as modalidades mais frequentemente ocorrentes. Essa tipologia só pode ser instituída a partir da comparação entre *várias* morais. Esses tipos ideais, ou modalidades abstratas, receberão a denominação de moral

³ Nietzsche, F. W. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Nessa nota podemos observar como Nietzsche critica o fato de os “filósofos” não se preocuparem com os dados históricos, mostrando justamente o modo como os mesmos optam por “determinados” valores; sem, no entanto, analisarem como os mesmos chegaram a tal categoria. Já na primeira dissertação da *Genealogia*, Nietzsche busca essa análise através da exposição do modo como os valores de “bom e mau” e “bom e ruim” modificaram-se ao longo da história, havendo momentos em que recaíam sobre o sujeito e posteriormente passaram às ações dos mesmos.

de senhores e moral de escravos, moral dos fortes e moral de rebanho.⁴

Nietzsche analisa alguns aspectos históricos com os quais visa a indicar os pontos centrais de sua teoria. Começando pelo exame filológico e pela sua relação com as civilizações antigas (como a grega, por exemplo), passando pela crítica sempre contumaz das religiões (critianismo e judaísmo) e chegando ao antagonismo cerne de sua análise – a moral do nobre e a moral do escravo. Através dessa análise Nietzsche passa a delinear todo um processo, onde pretende não só criticar a moral já posta, como dizer por que o faz. De acordo com Scarlet Marton, “Nietzsche rejeita a ideia de que a história possa constituir um domínio específico do saber. Com isso, posiciona-se contra a tendência, presente em sua época, a fazer dela uma ciência”⁵, talvez seja por isso, que mesmo tendo como base dados históricos, nosso filósofo não deixe de demonstrar que mesmo seus exemplos são permeados por “sua vontade”, já que uma posição de imparcialidade⁶ seria o mesmo que assumir os preconceitos filosóficos, por vezes tão rejeitados por ele.

O mais importante nesses breves relatos históricos são os movimentos que podemos observar de mudanças e nuances, os quais notadamente envolvem os valores. No que tange ao “bom e mau” o movimento de oposição parece bem indicar os papéis que serão preenchidos por esses valores. No entanto, a análise de Nietzsche foge da obviedade; o filósofo trabalha com “tipos”, que são mais que meros personagens, embora em alguns momentos possamos vê-los assim. Seja trabalhando com termos como “ave de rapina”, “rebanho”, “genealogistas ingleses”, “nobre” e “escravo”, nosso autor busca em cada um deles uma análise da causa de serem

⁴ Giacoia Júnior, O. *Nietzsche e Para além de bem e mal*, p. 44.

⁵ Marton, S. *Nietzsche – Das forças cósmicas aos valores humanos*, p. 76.

⁶ “Analisando cada uma das exigências do espírito objetivo, procura mostrar que agir de forma impessoal, desinteressada e neutra equivale a tornar-se advogado dos próprios preconceitos” (Idem, p. 77).

o que são (ou melhor, foram). Esses tipos são na verdade traços característicos da moral em que estiveram inseridos.

Além disso, daremos uma especial atenção aos tipos do nobre e do escravo. Ao analisarmos os parágrafos quarto e quinto da primeira dissertação da Genealogia, onde é analisada não só a origem das palavras bom e ruim, como a sua correlação com as posturas do nobre e do escravo, torna-se muito evidente a forma como ocorre essa incorporação desses valores. Porém, nesse contexto tais definições dirigiam-se ao indivíduo, bem como a sua postura enquanto sujeito imerso em uma sociedade e não aos seus atos. Ao longo da história, essas definições passam a relacionar-se com outros aspectos. O interesse humano e o seu motor: sua vontade (de potência), seus desejos, necessidades e primordialmente seu propósito de poder mostram-nos o homem em um dos seus principais papéis – o de criador. Criamos o mundo a nossa volta e esquecemos algo maior que nos move: a vontade. Existe uma relação entre jogos de poder (forças opostas que buscam se firmar), onde os mais “fortes” são aqueles que creditam ao que é de seu interesse.

Assim, na obra em questão, encontramos dois conceitos de valoração diferentes e destacadas por Nietzsche (e que segundo o filósofo podem ser encontrados em vários momentos distintos de nossa história): a valoração aristocrática, onde o bom e o mau se integram à personalidade desses indivíduos de conduta e postura ativa, além da valoração religiosa promovida a partir da fragilidade e do ressentimento. Existe uma mudança de valores, expressa na forma como os mesmos são valorados. Nas duas ordens (aristocrática e religiosa), há poder intrínseco ao movimento de valoração ou nomeação; porém, no que se refere à ordem dos “nobres”, podemos ver esse poder agindo sem medo, integrando parte do “ser” bom – “ser” nobre, tornando este último o criador. Já no que tange à religião, há uma negação do poder como conceito ruim, valorizando-se a humildade e a conduta cordata, sendo os maus justamente aqueles que afligem os mais fracos com a sua

força. Há uma inversão dos valores mesmo que estes continuem utilizando as mesmas palavras para incorporar novos sentidos.

Os valores enquanto referidos ao seu nascimento, podem provir tanto do nobre quanto do vil. Por isso, encontram-se avaliações divergentes com relação à moralidade e aos seus valores, por decorrerem de modos distintos de avaliar. A genealogia vai buscar a gênese de determinado valor a partir de um distanciamento dele para justamente poder analisar as condições de sua criação como provenientes de uma avaliação nobre *ou* vil (itálicos nossos). O problema está, portanto, em saber o que move uma determinada avaliação e qual é o ponto que determina seu valor ou não.⁷

Essa mutabilidade nos valores demonstra que existem interesses que definem o que é um valor ou desvalor. É nesse jogo de forças que buscam se afirmar que nasce a moral, e sendo assim, ela não é derivada “apenas” de uma natureza humana; ao menos não se deixarmos de considerar como parte dessa natureza uma vontade de poder. Na vontade e sua força há um movimento, que segundo Nietzsche é natural; é esse movimento que faz que os indivíduos se direcionem para que uma determinada realidade seja cunhada como a dominante. “Os dois valores *contrapostos*, ‘bom e ruim’, ‘bom e mau’ travaram na terra uma luta terrível, milenar; e embora o segundo valor há muito predomine, ainda agora não faltam lugares em que a luta não foi decidida”. (GM, I, 16)

Um dos maiores desafios do homem é verificar que ele é o responsável por aquilo que estipula o seu modo de agir, e de maneira semelhante, ocorre com os valores que não estão de forma alguma alheios as nossas vontades. Estes últimos não são originários de um mundo que transcende ao homem, são apenas “humanos”. Mas por que é tão difícil ao homem aceitar que foi ele o “pai” de sua moral? Se a mesma é algo “bom”, deveríamos ter orgulho de tamanha criação. Ou será que se torna mais fácil se admitirmos que não podemos ser diferentes? Mas já fomos. Talvez o mais difícil

⁷ Azeredo, V. D. de. *Nietzsche e a dissolução da moral*, p. 46.

diante dessa “des” coberta, seja reconhecer que nossa determinação nos enfraqueceu ao invés de nos fazer melhores.

Instaurando a cisão entre o homem e o ato, inaugura um processo de moralização cada vez mais abrangente. Ora, julgar um homem por seus atos é pressupor que a ele teria sido possível agir de outro modo. Que o forte não atue enquanto tal ou que o fraco se comporte como forte, são votos igualmente insensatos.⁸

A moralização não dá ao homem alternativa para ser algo diferente do que estabelece: ou se é mau, ou bom, adontando-a como referencial. No entanto, essa moral diz-se como derivativa da natureza humana, sendo portanto, inerente ao homem. Desse modo, não podemos conceber qualquer comportamento fora dos limites morais que conhecemos. Contudo, no decorrer do processo moralizante, esquecemos que a possibilidade de reconhecermos a moral tem origem em uma manifestação instintiva e “humana” – a nossa vontade.

O que encontramos nas descrições críticas de Nietzsche a respeito da moral e com relação aos homens em *lato sensu*, é que em todo o processo, tanto “daqueles” que criam ou dos que se “submetem”, há uma implicação de uma lógica relacionada à vontade de poder. É esta última quem permeia todas essas relações e perpassa as obras de Nietzsche, ora de modo sutil, ora de modo mais contundente; porém, sempre lá. Quando pensamos em vontade relacionamos imediatamente a nossa psique, algo inerente a nossa natureza.

Nietzsche vislumbra um único e mesmo procedimento tanto na vida social e psicológica quanto na fisiológica. O conceito de vontade de potência, servindo como elemento explicativo dos fenômenos biológicos, será também tomado por parâmetro para a análise dos fenômenos psicológicos e sociais; é ele que vai constituir o elo de ligação entre as

⁸ Marton, S. *Nietzsche – Das forças cósmicas aos valores humano*, p. 74.

reflexões pertinentes às ciências da natureza e as que concernem às ciências do espírito.⁹

A vontade de poder surge em Nietzsche como o catalisador da vida humana, e como o dinamizador dessa vida, faz que mesmo os aspectos fisiológicos se desdobrem em um processo onde as forças internas mobilizem-se no sentido do conflito. Dessa forma, há um conflito gerador de força, onde o obstáculo dá ao vencedor mais força e o direito de ser parte de um conjunto maior. Nietzsche propõe assim uma cosmologia onde a vontade de potência é o propulsor de todos os tipos de relações e interações existentes. Do corpo humano ao corpo social, tudo é originado pela vontade de poder. Pode parecer-nos que Nietzsche de alguma forma se volta para o campo da metafísica, o qual, como vimos no primeiro capítulo, é combatido por Nietzsche; porém, como nos esclarece Wolfgang Müller-Lauter em seu livro *A Doutrina da Vontade de Poder em Nietzsche*,¹⁰ não podemos acusá-lo dessa contradição, visto que segundo o autor, Nietzsche combate a metafísica que divide “os mundos” e que faz que um seja tomado de modo preponderante sobre o outro, bem como suas atribuições de verdade (como vimos em *Humano, demasiado humano* e *Além do bem e do mal*).

Vontade é busca, correspondendo a uma procura por algo que de alguma forma nos mobiliza, nos toma de tal modo, que não é possível recuarmos diante de “seus argumentos”; tamanha é a sua força que não reconhecemos traços distintos dela antes que a mesma se apresente. A vontade confunde-se e funda-se com as ações e argumentações dos indivíduos de modo geral. E essa vontade é poder.

Vontade de poder não é um caso especial do querer. Uma vontade “em si” ou “como tal” é uma pura abstração: ela não existe factualmente. Todo querer é, segundo Nietzsche,

⁹ Idem, p. 30.

¹⁰ Müller-Lauter, W. *A doutrina da vontade de poder em Nietzsche*, p. 52.

querer-algo. Esse algo-posto, essencial em todo o querer é: poder. Vontade de poder procura dominar e alargar incessantemente seu âmbito de poder. Alargamento de poder perfaz em processos de dominação. Por isso querer-poder (*Machtwollen*) não é apenas “desejar, aspirar, exigir”. A ele pertence o “afeto do comando”.¹¹

Quando Nietzsche pergunta-se em *Além do bem e do mal* sobre “quem” está por trás dos valores morais, nos dá indicações de que os sujeitos capazes de fomentarem valores morais, sem dúvida, não só desejam essa moral como determinam a mesma. Portanto, trazem em si a vontade de poder que quer dar vazão ao que é, mesmo que no caso dos filósofos (preconceituosos a quem ele critica), estes neguem que a sua vontade esteja ali; para eles, a “verdade” é quem comanda e não os seus interesses em poder. Não existem indivíduos neutros e que possam eximir-se de sua vontade de poder, ainda que os mesmos a neguem, ela permeia suas ações e no caso dos filósofos está em sua necessidade por “verdade”.

Supondo, finalmente, que se conseguisse explicar toda a nossa vida instintiva como a elaboração e ramificação de uma forma básica da vontade – a vontade de poder, como é *minha tese* – ; supondo que se pudesse reconduzir todas as funções orgânicas a essa vontade de poder, e nela se encontrasse também a solução para o problema da geração e nutrição – é um só problema – , então se obteria o direito de definir *toda* força atuante, inequivocadamente, como *vontade de poder*. O mundo visto de dentro, o mundo definido e designado conforme o seu “caráter inteligível” – seria justamente “vontade de poder” e *nada mais*. (ABM, § 36, itálicos nossos)¹²

Na *Genealogia*, a vontade de poder expressa-se nos exemplos históricos e nos tipos de sujeito que Nietzsche nos

¹¹ Idem, p. 54.

¹² Nietzsche, F. W. *Além do Bem e do Mal – prelúdio para uma filosofia do futuro*.

apresenta, ora como aqueles que exercem e identificam-se com tal vontade – no caso dos nobres, ora como aqueles que não reconhecem essa força em si e buscam a sua identificação na negação dos sujeitos com os quais não podem se equivaler devido à hierarquia das relações – no caso, os escravos. Ainda, a vontade de poder ganha corpo social quando relacionada a classes como a aristocrática ou a religiosa. O interessante na leitura da *Genealogia*, é que a vontade de poder parece ganhar uma certa ilustração, já que mesmo que a expressão pouco apareça (ao menos na primeira dissertação, a qual faz parte deste trabalho), os exemplos históricos são sempre adornados pelas expressões “fracos”, “poderosos”, “revolução”, “luta”; sinônimos de atuações em que a vontade de poder está presente.

Não há como sustentarmos qualquer análise sobre a moral se deixarmos de observar a questão da vontade de poder. Toda a questão moral envolve força ou jogos de força, onde para que existam sujeitos que se submetem à moralização, deve haver necessariamente aqueles que impõe os critérios e normas que consideram corretos, e portanto, morais. Para ilustramos uma das formas de manifestação da vontade de poder, podemos nos remeter ao modo como os costumes se propagaram, onde o método coercitivo foi justamente um dos mecanismos utilizados pela vontade de poder que se sobressaia naquele período. A coerção exercida pelos costumes se sobrepõe pelo medo do desconhecido em última instância; e aqueles indivíduos que buscassem uma identidade própria acabariam por se perceberem como “maus e perigosos”, já que está seria a instância imputada pela moral, para aqueles que não a seguissem. A lesão ao indivíduo não precisa somente estar atrelada a castigos corpóreos, mas também ao aspecto psíquico do sujeito. Esse mecanismo de submissão e de aplicação de uma vontade de poder sobre outras, produz indivíduos estereis, na medida em que proporciona um regramento tal, que muitos acabam agindo sem pensar no porque de suas ações. Assim, acabamos por ter autoridades e submetidos, culpados e seus castigos, para cada ação deverá ser estabelecida

uma forma de lei que verifique que aqueles que não a cumprem, devem sofrer as consequências de suas ações transgressoras; seja o castigo vindo dos céus, ou das mãos de um rei, estadista ou qualquer outra autoridade.

Para haver obediência, deve haver aqueles que obedecem. E para tanto, uma tendência histórica foi sendo criada como curso natural, a de que a força é gerada por sujeitos “maus” e a de que a abnegação era praticada por “bons” indivíduos. Esse é um processo onde o individual perde o espaço para o coletivo; a grande preocupação seria a subsistência da comunidade, temendo-se pela manutenção da mesma, e em nome de sua proteção, sendo válida a coação do homem. No plano moral e no religioso, observamos essa coação seja no plano social propriamente dito (onde os sujeitos sofrem as consequências de seus atos com a marginalização ou ostracismo, por exemplo) ou na forma de “castigos” divinos, bem como no repúdio aos indivíduos que se entregam aos instintos ou que vivem sem preocupar-se com o “próximo”; há ainda o âmbito psicológico, onde a “culpa” passa a atormentar aqueles que de alguma forma agiram fora das normas morais vigentes. Esse é uma das espécies de jogos de força que se implicam mutuamente com a vontade de poder.

O mundo de que fala Nietzsche revela-se como jogo e contrajogo de forças ou de vontades de poder. Se ponderamos, de início, que essas aglomerações de *quanta* de poder ininterruptamente aumentam e diminuem, então só se pode falar de unidades continuamente mutáveis, não, porém, da unidade. Unidade é sempre apenas organização, sob a ascendência, a curto prazo, de vontades de poder dominante.¹³

Quando pensamos correlacionando as palavras de Müller-Lauter e Nietzsche, temos que o processo de instauração da moral só é possível quando indivíduos que tendo noção de sua força – e para mantê-la – criam seguimentos para os demais que não estão

¹³ Müller-Lauter, W. *A doutrina da vontade de poder em Nietzsche*, p. 75.

incluídos em sua tipologia. Mesmo que a vontade de poder seja algo inerente aos “homens” *in lato sensu*, somente aqueles que tiverem condições para darem vazão a sua força interna (como os nobres) podem conceber princípios morais (criar e estabelecer valores).

A moral para Nietzsche “degenera” o homem, ainda que o filósofo admita contraditoriamente, que é necessário para a manutenção desta que exista um equilíbrio de forças de tipos diferentes, isto é, os mais fortes e os mais fracos. O importante para nós em relação à vontade de poder é que podemos observá-la no que diz respeito a todo o processo de determinação de uma moral como algo inerente à natureza do homem; sendo assim, esse é justamente o elemento que possibilita que cada indivíduo se insira de modo diferente dentro de uma sociedade estabelecida. É através de indivíduos que podem tanto ser exemplificados por uma tipologia, filosofia ou historicidade, e que exercem sua vontade de poder (gerindo vidas, conceitos e verdades), que a moral passa a ser um legado do qual não podemos fugir. Portanto, toda moral é a medida de algumas vontades de poder que conseguem se manifestar de modo mais contundente e se sobrepor as demais, como no caso da moral cristã a que Nietzsche reiteradamente se manifesta contra, pois a mesma, veste-se de moral e imparcial, quando na “verdade” é mais uma expressão de poder. A negação da existência da vontade de poder, é um dos motores de uma moral contaminada e que busca castrar os indivíduos e a manifestação de sua força individual – sua vontade que é poder.

Bibliografia

- AZEREDO, Vânia Dutra de. *Nietzsche e a dissolução da moral*. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2003.
- GIACCOIA JUNIOR, Oswaldo. *Nietzsche e Para além de bem e mal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- MARTON, Scarlet. *Nietzsche – das forças cósmicas aos valores humanos*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1990.
- MÜLLER-LAUTER, Wolfgang. *A Doutrina da Vontade de Poder em Nietzsche*. Trad. Oswaldo Giacoia. São Paulo: ANNABLUME, 1997.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Além do bem e do mal: prelúdio para uma filosofia do futuro*. Trad., notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2005.
- _____. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad., notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- PASCHOAL, Antônio Edmilson. *A genealogia de Nietzsche*. Curitiba: Champagnat, 2003.
- _____. *A Genealogia da moral de Nietzsche*. In: PASCHOAL, Antônio Edmilson, FREZZATTI JR. Wilson Antônio (Orgs.). *120 anos de “Para uma Genealogia da Moral”*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. (Coleção Nietzsche em perspectiva)